

Maristela Mafei



Painel Rural

A burguesia agrária quer dar "sete palmos de terra" para a Reforma.

págs. 10 e 11

Roberto Paizom



Constituinte

Por que o PT se absteve de votar a proposta do PMDB? Porque era a única saída.

pág. 9

Temos uma batalha a travar nas ruas

Cibele Aragão



Acorda povo!

Lula, uma candidatura pra valer

A candidatura Lula é uma ferramenta de mobilização de massas, tanto por seus direitos econômicos e sociais, quanto pela obtenção das diretas e pela vitória do primeiro governo democrático e popular da história deste país.

Três a cada quatro brasileiros querem eleições diretas para presidente ainda este ano. Esta é a conclusão de uma pesquisa realizada pelo Ibope em 274 municípios, ouvindo 5 mil pessoas das quais 75% optaram por março de 1989 como data ideal para que Sarney deixe o Palácio.

Contra a prorrogação do mandato ilegítimo de Sarney, contra a recessão, a fisiologia e a tutela militar, o PT conclama a população a uma ampla mobilização de todos os setores favoráveis às eleições diretas em 88. Só através da deflagração de um amplo movimento de protesto organizado será possível influir na votação dos constituintes e fazer aprovar o mandato de 4 anos nas disposições transitórias.

Depois do Golpe

A articulação militar empresarial deu um golpe vitorioso na Constituinte. Mas não tem projeto viável para enfrentar mais dois anos de crise.

A vitória da direita na Constituinte foi comemorada pelo patronato e banqueiros com um misto de euforia e indizível ansiedade. Manter no poder, por mais dois anos, o grupo conhecido como "segundo escalão" (da ditadura) custou uma boa soma em dólares à plutocracia. Alguns empresários calculam que as articulações, a compra de congressistas e todo trabalho de lobby dentro e fora do Congresso (nos Estados, por exemplo) demandou recursos equivalentes ao preço de uma campanha presidencial.

O êxito dessa estratégia foi saudado com uma alta de quase 10% na Bolsa de São Paulo. O alívio, porém, não eliminou um certo clima de nervosismo que percorria os escritórios do centro financeiro de São Paulo.

Logo no dia seguinte às votações no Congresso, o dólar no paralelo - termômetro dos humores e temores empresariais - manteve-se em alta.

Esse quadro contraditório, misto de alívio e medo do futuro, é compreensível. A burguesia sabe que a partir de agora terá que avançar mais e mais. O esquema militar-empresarial que comandou com mão de ferro as articulações pró-cinco anos precisa completar seu assalto ao Planalto. Dar sustentação e coerência a esse boneco sem vida própria que é o governo Sarney.

Nem na Fiesp, nem na Febraban (a central única

dos bancos) pairam dúvidas de que esse jogo implicará numa sucessão de conflitos explosivos com as forças populares e sindicatos combativos. Tudo isso vocalizado - agora sim - não apenas pelos agrupamentos de esquerda, mas por tendências progressistas desgarradas do próprio PMDB, desencantadas com o arrivismo do partido. Portanto, se o golpe pró-cinco anos deflagrou uma unificação de forças à direita, também aglutinou à esquerda. E de agora em diante, ao contrário do jogo controlado dentro da Constituinte, a batalha será travada nas ruas e junto à opinião pública. Nesse terreno o poder de compra da "caixinha" da Fiesp e Febraban é bem mais reduzido.

É sintomático que a principal preocupação de alguns articuladores paulistanos neste momento seja juntar as forças conservadoras num novo partido governista, capaz de enfrentar a borrasca que vem por aí. Mas o tempo é curto. A insatisfação popular exige respostas rápidas. E, de outro lado, quem contribuiu com cotas milionárias para comprar mais dois anos de "tranquilidade" - banqueiros, patronato rural e industrial - quer resultados logo.

Sarney, portanto, encontra-se ensanduichado. E tão logo baixe a poeira dos festejos pelos cinco anos, ficará claro que agora - mais do que nunca - é refulgem de uma articulação militar-empresarial, que res-

tringe sua capacidade de manobra dentro da crise. Sua gestão terá que tornar-se mais transparente, refletindo o que sempre foi: um cavalo de Troia da plutocracia e da direita.

Essa transparência ganha muita nitidez a cada dia. Os banqueiros, por exemplo, já tomaram de assalto o Banco Central, praticamente privatizando-o segundo seus interesses. O empresário dá as cartas na Fazenda. Antonio Carlos Magalhães e Prisco Viuna substituem com vantagens o ex-ministro Aníbal Teixeira na distribuição de verbas cooptadas. As Forças Armadas funcionam como argumentos de última instância na coação institucionalizada. É a bordaberização do regime. A reedição daquilo que aconteceu com Juan Bordaberry, no Uruguai, onde a oligarquia e os militares transformaram um presidente em clone de mandatário sob seu controle.

Sarney não tem mais espaço para contrariar a voz dos donos. Mas sabe que a receita que puseram sobre sua mesa - cortes no setor público, fim da URP, concessões externas, etc. etc. - exige um mínimo de verniz

popular. O patronato, que comemorou os cinco anos com champagne e remarcações de preços, foi avisado que um novo congelamento é inevitável como cortina de fumaça para viabilizar suas exigências. Um anestésico, enfim (que pode até favorecer o consumo num primeiro momento), enquanto se elimina a URP.

A idéia é dourar tudo com um clima de otimismo, recheado de declarações de confiança na área privada e junto aos credores.

No fundo, trata-se de dar coerência econômica ao retrocesso político consumado na Constituinte.

Quanto pode durar essa volta mumificada da ditadura, trvestida de presidencialismo? Se vier o aquecimento dos "negócios" - até com alguma retomada dos investimentos -, banqueiros e dirigentes industriais acreditam que dure o tempo necessário para encontrarem um candidato de consenso, capaz de enfrentar Lula e Brizola nas urnas. Muitos, porém, mostram-se muito cautelosos. Sabem que hoje há mais liberdade no país do que na época do regime militar. A organização operá-

ria avançou a ponto de possuir centrais sindicais. Um aumento dos investimentos, das exportações e do emprego rapidamente detonaria e fortaleceria a resistência contra o arrocho. Além disso, a estrutura partidária-progressista adquiriu dimensões talvez inéditas no país. A classe média está farta de sufoco. Não há clima para golpes "contra a ameaça comunista". E não há fôlego externo para sustentar um novo milagre à base de exportações. Enfim, não há um projeto apetitoso, ainda que truculento, a ser oferecido à classe média conservadora e à plutocracia, para saciar sua gula e comprar sua conivência silenciosa.

O estopim das explosões inflacionárias dos últimos anos originou-se exatamente dessas contradições entre o novo dinamismo do quadro político e as sucessivas tentativas de se reeditar o modelo econômico do regime militar. Agora, a classe dominante ganhou mais dois anos para exercitar sua teimosia reacionária. Resta saber se o movimento de massas permitirá que leve até o fim seu projeto de retrocesso.

Claudio Cerri



Todos às ruas, Fora Sarney, Diretas já!

Cibele Aragão

“ A pressão militar, de governadores e de ministros, aliada ao fisiologismo e à corrupção, levou a maioria dos constituintes a votar pelo mandato de 5 anos para os futuros presidentes. Escudado neste resultado, o presidente Sarney manobra para prolongar em um ano seu mandato ilegítimo, frustrando assim, a vontade da maioria da população - como comprovam todas as pesquisas de opinião - de realizar eleições livres e diretas este ano. Mais que isso, já se prega, com o costumeiro espírito casuístico, o adiamento das eleições municipais, golpe contra o qual o PT tem se mobilizado nacionalmente.

“O PT votou a favor do presidencialismo e do mandato de 4 anos por definição partidária e para ser coerente com as aspirações da população. Ao mesmo tempo, tentou impedir que se consumassem duas manobras simultâneas: uma, a aprovação dos 5 anos para influenciar a votação do tema nas disposições transitórias; a outra, a introdução do parlamentarismo acoplada a uma garantia de 5 anos para Sarney. Esta última, aliás, alimentada por Ulysses Guimarães e por setores do PMDB. Não é por ou-

tro motivo que nenhuma das emendas parlamentaristas previa o mandato de 4 anos.

“Na esteira da votação na Constituinte, Sarney tenta pôr em prática uma política econômica que unifique o conjunto da classe dominante para assegurar-se definitivamente a ampliação do mandato. Para isso, após firmar o acordo com o FMI, investe contra a URP, ataca o funcionalismo público e abre mais ainda o país à penetração do capital estrangeiro. Sua intenção de conter o déficit público pela via dos cortes nos investimentos sociais pode agravar a situação dos transportes, da saúde, do abastecimento, da moradia e das demais condições de vida da população.

“O PT acredita que é possível reverter a situação e para isso faz um chamamento à luta contra o governo Sarney e sua política econômica para conquistar eleições diretas este ano. Esta disposição já se manifesta no conjunto de lutas que os trabalhadores vêm travando em todo o país pela defesa de seus salários e de suas condições de vida.

“O PT apóia os movimentos de trabalhadores



urbanos e rurais, estudantes e demais forças populares contra a política econômica do governo Sarney e suas implicações sociais e conclama a luta contra o “Pacote Econômico” em preparação no Planalto. O PT considera que, neste momento, as greves e demais mobilizações sindicais e populares são uma vertente importante do movimento de oposição ao Governo, cuja base de sustentação está extremamente ligada às novas medidas de política econômica.

“Contra a prorrogação do mandato ilegítimo de Sarney, contra a recessão, a fisiologia e a tutela militar, o PT conclama a uma ampla mobilização de todos os setores favoráveis às eleições diretas em 88. Só através da deflagração de um amplo movimento de protesto organizado será possível influir na votação dos constituintes e fazer aprovar o mandato de 4 anos nas Disposições Transitórias.

“O PT entende que os últimos episódios, além

de outros anteriores, como o da votação do sistema eleitoral que praticamente mantém a desigualdade de representação da época da ditadura, colocam em xeque a legitimidade e a soberania do Congresso Constituinte.

“Diante da gravidade da situação e das consequências que o Diretório Nacional dela retira, o PT resolve:

“a) Tomar a iniciativa de procurar dirigentes partidários, governadores, todas as forças políticas que se opõem ao governo Sarney, ao mandato de 5 anos e à transição conservadora para a organização conjunta de grandes manifestações de massa em algumas capitais do país pela realização de eleições presidenciais em 1988;

“b) Estimular e participar de todas as iniciativas de mobilização e protesto contra o governo Sarney, sua política econômica e pelo mandato de 4 anos;

“c) Apoiar, incentivar e estar presente em todas as caravanas e manifestações voltadas para pressionar o Congresso Constituinte;

“d) Apoiar a proposta de convocação de um plebiscito sobre a duração do mandato do atual presidente da República.”

L
U
L
A



Uma candidatura para valer

A aprovação dos cinco anos de mandato para o sistema presidencialista, imposto pelo conluio do governo, dos ministros militares e do Centrão, criou algumas dificuldades para a campanha presidencial petista. Em especial, criou a expectativa de que o fisiologismo parlamentar acabe consagrando os cinco anos para o mandato do desgoverno Sarney na votação das Disposições Transitórias da Constituição, suscitando dúvidas a respeito do desencadeamento da campanha.

No entanto, o PT mantém firme sua candidatura. Primeiro porque ela deve constituir-se num forte instrumento de mobilização pelas diretas em 88 e contra a prorrogação dos atuais mandatos municipais. Segundo porque, caso a pressão popular não consiga vencer o acordo conservador, ela deve tornar-se um foco de polarização do descontentamento e das lutas econômicas e sociais, abrindo campo para formar um amplo leque de forças contra o desgoverno, capaz de vencer as eleições e estabelecer um governo democrático e popular. Nessas condições, qualquer que seja a data das eleições a campanha Lula para presidente está posta desde agora.

Ela está colocada como uma ferramenta de ataque, de crítica demolidora, de protesto contra os descabros, a incompetência e a corrupção da Nova República. E está colocada também como uma perspectiva de saída para a crise econômica, social e política. Por isso, a elaboração e discussão do programa alternativo de governo do PT é, na atual fase, assunto prioritário. Os trabalhadores e o povo brasileiro precisam verificar que o PT e seu candidato, além de sua consequente posição crítica e sua oposição, têm propostas afirmativas para resolver os problemas que afligem nossa população. A candidatura Lula serve, pois, para dar consistência

a esse programa, seja através do debate amplo com os diversos setores sociais, seja mostrando que o PT está disposto a aplicá-lo ou disputar, para ganhar, a presidência da República.

Para viabilizar esse debate com os diferentes setores da sociedade, a coordenação da campanha presidencial enviou a todas as executivas estaduais do partido um projeto de viagem do companheiro Lula pelo Brasil. Embora não seja possível ir a todos os povoados e pequenas cidades de nosso país, é viável ir a todos aqueles municípios nos quais se pode encontrar situações e problemas que, embora com particularidades locais, são comuns a todo o país.

Nessa viagem, o candidato do PT terá oportunidade de ouvir os núcleos e diretores do partido, consultar os setores organizados da sociedade, contatar outras camadas da população, conhecer a vida econômica, social e política tão diversificada existente no Brasil e debater com todos as propostas apresentadas pelo PT, inclusive na expectativa de aperfeiçoá-las e corrigi-las.

A seriedade com que o PT e seu candidato estão procurando elaborar propostas afirmativas que possam resolver os problemas mais graves de nossa sociedade, privilegiando claramente os setores mais desfavorecidos, e a abrangência com que trata todas as

questões, que vão da política industrial à energia nuclear e da reforma urbana a uma política Exterior independente e soberana, é que conferem à nossa candidatura a estatura de estadista. O que dá a um homem a condição de estadista é sua largueza de visão em relação a todos os aspectos da vida de seu povo e dos demais povos do mundo.

A burguesia procura esconder e mistificar esse aspecto fundamental do perfil do candidato petista à presidência. Procura, de forma medíocre e rasteira, confundir a imagem do estadista com a imagem do homem com terno e gravata. Descaracteriza, assim, propositalmente, o próprio sentido do termo estadista. Os petistas não podem cair nessa confusão. Precisam mostrar, em contraposição, que o PT tem competência para governar o país, entre outras coisas porque em seus quadros há um estadista como Lula. Os trabalhadores e o povo brasileiros precisam romper o véu da mistificação burguesa e descobrir sua capacidade de gerar representantes desse porte.

Notícias da Campanha Presidencial Petista

★ Em sua última reunião (26/27 março) o Diretório Nacional decidiu que a política de alianças em torno da candidatura Lula, incluindo a definição do perfil do candidato a vice-presidente, deve ser discutida por todo o partido. Texto introdutório será encaminhado para servir de base à discussão de núcleos e diretórios.

★ Ainda de acordo com o Diretório Nacional, os diretórios estaduais devem indicar coordenadores, responsáveis pela

campanha presidencial do PT a nível do Estado.

★ A coordenação nacional da candidatura Lula está funcionando provisoriamente na sede nacional do PT, em São Paulo. A estrutura dessa coordenação inclui várias comissões: organização, divulgação e propaganda, eventos de massa, finanças, pesquisas e apoio. Equipes diferentes compõem cada comissão, todas abertas à participação dos petistas interessados em trabalhar diretamente pela candidatura Lula.

★ Mas existem formas diversas de participar na campanha presidencial do PT: os candidatos petistas às eleições municipais devem colocar a candidatura Lula em todos os materiais que produzirem; militantes, filiados e amigos do PT podem formar grupos e ou comitês de apoio à candidatura Lula nos municípios, bairros, empresas, escolas etc.

★ Os Manuais dos Grupos de Apoio estão à disposição dos filiados na sede nacional do PT.

Wladimir Pomar
Coordenador da
Campanha Presidencial do
PT

A organização partidária e nosso RI

A recente aprovação pelo Congresso Constituinte da ampla liberdade de organização interna dos partidos políticos coloca para o PT uma nova questão: é preciso avaliar o processo de modificação do atual Regimento Interno do partido - faremos pequenos ajustes no atual regimento ou aproveitaremos a oportunidade para fazer grandes mudanças estruturais e organizacionais? O que deve mudar em essência?

É consenso no conjunto do partido que o Regimento Interno aprovado em 1984 tornou-se instrumento inadequado, pois não reflete o atual estágio de nossa organização. Ao ser elaborado sua função era garantir a democracia interna do partido, não aceitando a legislação eleitoral vigente - assim foram criadas as pré-convenções, abolidos os delegados natos, baixado para 10% o quórum para participar das direções, mudado o coeficiente para eleição de delegados e também foi dado o direito de voto aos menores de 16 anos. Apesar destas medidas, o PT teve de moldar sua estrutura, organização e funcionamento a uma legislação que procurava impedir a livre organização partidária. Agora esse pode ser alterado.

O PT cresceu e precisamos remodelar nossa estrutura procurando implementar o projeto de um partido de luta, de massas e socialis-

ta, procurando ampliar a participação política de milhares de trabalhadores.

A Comissão Nacional do Regimento Interno - formada no V Encontro Nacional com o objetivo de estudar as mudanças necessárias no RI - está propondo ao Diretório Nacional que sejam aprovadas, num primeiro momento, as modificações mais prementes: os capítulos referentes aos núcleos de base, encontros e convenções e finanças.

A partir disso o DN abrirá um grande debate no conjunto do partido sobre o novo projeto de organização do PT, cuja aprovação seria remetida ao 1.º Congresso Nacional do PT que se realizará no segundo semestre de 1989. O Boletim Nacional é um espaço que poderemos utilizar para iniciar este debate.

A nova forma de organização deve ser pensada politicamente, procurando variar de acordo com o crescimento da luta de classe e da consciência socialista da nossa militância e dos trabalhadores.

As secretarias nacionais de Organização e de Relações Internacionais pretendem realizar conjuntamente um fórum de debate entre partidos democratas e socialistas de outros países, principalmente da América Latina para a troca de experiência sobre a estrutura e organização que esses partidos adotam.

A lógica do lucro aplicada ao ensino

O governo federal não esperava a reação organizada de estudantes, pais e funcionários contra sua política privatista e contra o absurdo aumento das mensalidades

Certamente este ano será conhecido como "o ano das vacas gordas" no calendário dos proprietários das escolas particulares. Nunca se pôde aumentar tanto com tanta impunidade. Com o Decreto-Lei 95.720 de 11 de fevereiro, Sarney tentou matar dois coelhos de uma só vez. De um lado tentou esquivar-se do desgaste ocorrido em 87 quando o lobby do ensino privado ameaçou até com "lock out" fechando as escolas contra o congelamento e de outro tenta desesperadamente conseguir base de sustentação para os cinco anos no setor que empresaria a educação no país. Neste caso o remédio está matando o doente. O governo federal não contava com imediata resposta articulada por pais, estudantes e funcionários, que, envolvendo amplos setores populares, resolveram enfrentar a política privatista do MEC.

O ensino pago cresceu e se desenvolveu sob a proteção da Ditadura Militar quando foi invertida a proporção de oferta de vagas no ensino superior entre a rede pública e a privada que hoje responde a mais de 75% das vagas na Universidade. E a lógica do lucro aplicada à educação - um bem estritamente social no sentido em que socializa o saber e a cultura acumulados na via de modernidade transformadora - produziu milhares de "fábricas de diplomas" de péssimo nível acadêmico, baixos salários para os professores e funcionários, falta de bibliotecas, laboratórios etc. Nestas "empresas da educação" o conhecimento e o saber são avaliados pelo número de

carnês quitados na tesouraria. A rede privada de ensino superior emprega apenas 42% dos docentes e contribui somente com 2% da pesquisa de graduação. Esses dados se tornam mais assustadores quando o próprio MEC admite que em 87 o Estado transferiu cerca de Cz\$ 1,4 bilhão para a rede particular. Verbas que "sumiram" no aumento de patrimônio das Associações mantenedoras (proprietários), em investimentos completamente obscuros às necessidades de desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão nestas Universidades.

Quase que simultaneamente o governo Sarney decretou o estrangulamento das Universidades federais através do Decreto 95.683 de 28 de janeiro. Ele estabelece, à moda do FMI, o corte de verbas, proibição de contratação de professores, enfim, a ofensiva Sarney e Hugo Napoleão (ministro da educação) é contra a Universidade. É a política do projeto GERES (Grupo Executivo de Reformulação do Ensino Superior), continuação dos acordos MEC/USAID (64-68), de privatização brutal da educação, da difamação do ensino público (como foi o caso dos "improdutivos" da USP), do cerceamento da democracia e autonomia da comunidade universitária, do ajustamento entre a demanda dos monopólios e a produção de mão-de-obra que precisamente deve ser a justa aos padrões do mercado consumidor do capitalismo tupiniquim.

Alguns exemplos podem ajudar nossa compreensão. A Escola Santa Maria, em Curitiba, reajustou em

1007% (março 87/88) suas mensalidades, 621% acima da inflação no período. A PUC do Rio, 592% , 206% acima da inflação. Em São Paulo, a faculdade de arquitetura e urbanismo Belas Artes teve matrícula de Cz\$ 8.000 e a mensalidade de março foi de Cz\$ 19.188,00. É a "liberdade vigiada" do governo Sarney.

A UNE está impulsionando a formação de Comitês pela revogação do Decreto 95.720, em defesa da Educação, pelo ensino público gratuito. Estes Comitês estão reunindo dezenas de estudantes, pais, professores, funcionários, assim como sindicatos, parlamentares, associações etc, mostrando que a luta pelo direito elementar à educação já não é só dos estudantes ou mesmo da comunidade acadêmica mas já tomou as ruas envolvendo amplos setores da classe média, que luta inclusive pela manutenção de uma série de conquistas como o diploma universitário que hoje são atacadas pela Nova República. Não é à toa que no dia 17 de março uma passeata de mais de 15 mil pessoas entre estudantes, pais e professores paralisou as principais ruas de São Paulo exigindo a revogação do decreto e em defesa da educação pública e gratuita.

Desde já está sendo preparada em todo o país uma grande mobilização marcada para 7 de Abril, escolhido pela UNE como dia Nacional de Mobilização pela revogação do Decreto-Lei 95.720. Neste dia exigiremos: Fora Sarney, fora Centrão, inimigos da educação!

Jackson de Toni
Tesoureiro da UNE



PALAVRA DE LÍDER

Voto aos 16, uma bandeira do PT

O voto aos 16 anos, uma bandeira antiga, sempre defendida pelos movimentos que atingem a juventude, foi aprovado pelo Congresso Constituinte. Nosso Partido tem muito pouca discussão acumulada sobre a chamada questão da juventude - ou serão questões da juventude? Nosso Projeto de Constituição incorpora lutas que atingem diretamente jovens como o próprio voto aos 16 anos, o fim do serviço militar obrigatório, as diferentes formas de discriminação, o autoritarismo da escola e do ensino.

Mas será que listar tudo isso basta para um Partido com o compromisso de profunda transformação social, de construção de uma nova sociedade socialista como o nosso? Ou será preciso desenvolver toda uma elaboração política e prática para nos dotar de condições de, enquanto partido político, contribuir para que os movimentos de juventude sejam força a somar-se no campo da luta anticapitalista e, por que não, revolucionária?

A aprovação do voto aos 16 anos certamente suscitou esse tipo de questionamento em muitos companheiros do partido.

Sem dúvida ela acontece tardiamente pois desde o surgimento do PT que centenas de jovens se incorporaram à vida partidária, se engajando em seus núcleos, suas atividades, decidindo e implementando seus rumos sem que o Partido tenha elaborado profundamente sobre esta questão.

Esta responsabilidade é de todo o Partido, aliás, um partido jovem com milhares de jovens, de suas instâncias de base até sua direção nacional, que deve imputar e abrir o debate em todas as frentes.

Nosso partido não pode precipitar esta discussão saindo a construir juventude

de petista ou movimento de juventude que acabam tornando-se mera fachada e aparelho para a aplicação de nossas políticas. Resolver problemas de elaboração política e acúmulo teórico/prático como métodos puramente organizativos não produzirá frutos.

Precisamos pensar, trabalhar, trocar experiências e elaborar em vários níveis. Um desses diz respeito ao trabalho cultural do Partido que tem um potencial de impacto em relação às variadas preocupações da juventude. É o problema da subversão cultural, da expressão independente da cultura enquanto consciência social política daquilo que oprime seus desejos de liberdade e criação, da construção de espaços alternativos aos eventos que são construídos para a juventude, onde o espaço de encontro e libertação - vide os festivais globais - é extremamente direcionado pelas necessidades impostas pelo mercado de consumo capitalista.

Outro nível de elaboração diz respeito aos aparelhos de controle ideológico como a escola a serviço das classes dominantes, o militarismo do Estado, o condicionamento das relações interpessoais que envolve a questão da sexualidade livre, da disposição autônoma do próprio corpo, enfim, toda uma gama de questões que o pensamento herdado da esquerda ortodoxa tentou upagar taxando de "reformismo" ou "aspiração pequeno burguesa".

Se nos recusarmos a contribuir para dar sentido revolucionário para as lutas da juventude, certamente alguém o fará. Porém, em sentido inverso, na direção do reformismo ou, pior ainda, na fragmentação, no ceticismo, na alienação política que conduz, cada vez mais, milhares de jovens à fuga da realidade opressora do capitalismo.

Neste momento o fundamental é assegurar o debate interno no Partido e para isso o PT já organiza atividades concretas. Está marcado para o mês de maio o 2.º Encontro Nacional de Estudantes do PT que tem em sua pauta toda essa discussão que é travada também na organização do movimento secundarista, além de um seminário nacional de juventude.

A própria constituição de uma Secretaria Nacional de Juventude representa um avanço na organização deste debate. Junto a essas atividades, o movimento estudantil prepara também o 1.º Encontro Nacional de Juventude para setembro sob iniciativa da União Nacional dos Estudantes. São os primeiros passos que o Partido e o movimento estudantil realizam na elaboração deste projeto que deverá envolver na discussão com o próprio movimento sindical, rural e urbano, onde o PT deverá colher e aprofundar as próprias experiências destes movimentos em relação à organização da juventude. Imediatamente devemos desenvolver a orientação política precisa para abrir o Partido aos milhares de jovens incorporados à cidadania política, desenvolvendo campanhas de filiação em massa e orientando o alistamento eleitoral o todo este setor que se identifica muito com as propostas petistas, com nossa ética e postura política.

Atenção: o voto aos 16 anos pode cair no segundo turno de votação da Constituinte. É preciso nos movimentarmos para a defesa desta conquista. Urgente, já!

Cezar Alvarez
Secretário Nacional de Juventude

Jackson de Toni
Militante do PT e tesoureiro da UNE

GALERIA

Cibele Aragão



Dia Internacional da Mulher

"Tupa de amor dói e é crime". Este foi um dos slogans usada em São Paulo, na dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Cibele Aragão



O barulhaço em São Bernardo

Em cada grupo de quatro brasileiros - segundo pesquisa do Ibope - três querem eleições diretas para presidente em 88. Mas nosso barulho ainda não se fez ouvir - acorda povo!

CURTAS

Ecologia

Você, ecologista, está convocado para discutir a política ecológica do PT e sua relação com os movimentos sociais. E mais, preservação dos grandes ecossistemas, agrotóxicos, política nuclear e poluição ambiental. Estes assuntos estarão em pauta na 1.ª Reunião Nacional dos Ecologistas do PT, nos dias 8, 9 e 10 de julho, em Goiânia.

Juventude

A Secretaria Nacional da Juventude está organizando o 2.º Encontro Nacional dos Estudantes do PT que se realizará nos dias 13, 14 e 15 de maio, em São Paulo.

Movimentos Populares

A Secretaria Nacional de Movimentos Populares está organizando, para este primeiro semestre, o 2.º Encontro Nacional "O PT e a questão racial" e a 2.ª reunião nacional dos militantes petistas no movimento das mulheres. Maiores informações podem ser obtidas nos Diretórios Regionais.

A quarta prefeitura petista

Com o ingresso do prefeito de Icapuí, José Airton Cirilo, no PT, o Partido enfrentará um novo desafio e novas perspectivas de crescimento. Icapuí passa a ser a quarta prefeitura do PT depois de Diadema, Fortaleza e Vila Velha - e a segunda no Estado do Ceará.

Icapuí é reconhecido como um dos mais importantes municípios do Ceará por suas possibilidades econômicas, destacando-se na produção da lagosta, sal, cera de carnaúba, caju e coco, além da extração de petróleo.

Cirilo, que foi eleito pelo PMDB, veio para o PT seguido pelo vice-prefeito, Carlos Antonio de Souza, pela equipe administrativa e dois vereadores. Segundo ele, sua opção pela mudança de partido tem dimensões diferentes das mudanças oportunistas que os políticos costumam fazer. "Não se trata de uma adesão como tantas outras que acontecem, visando na maioria das vezes interesses pessoais. Foi uma opção amadurecida, de reconhecimento do PT como o Partido que mais se identificava com o projeto que a administração de Icapuí vem tentando levar adiante."

Ex-distrito de Acarati, Icapuí tem uma história de lutas pela emancipação muito antiga. Em 1959, o distrito foi elevado a município, mas extinto depois do golpe militar de 1964. Os poderosos da região não queriam perder o domínio



Ato público de filiação do prefeito de Icapuí, José Airton Cirilo, no PT (ao lado da prefeita de Fortaleza, Maria Luza).

sobre as riquezas de Icapuí. Houve novos movimentos pela emancipação em 75, 78 e 82, todos sufocados por expedientes ilegais que as forças contrárias usavam para impedir a realização de plebiscitos ou fraudar contagem de votos.

Em 1982 José Airton candidata-se a vereador pelo PMDB e é eleito com o terceiro maior número de votos em Acarati e com o maior número de votos em seu distrito, Icapuí. A retomada da luta pela emancipação, em 84, abriu caminho para sua candidatura a prefeito.

José Airton manteve-se no PMDB, por ser o parti-

do que, segundo ele, aglutinava as forças que haviam lutado pela emancipação de Icapuí, além de ainda representar, na sua visão, o instrumento mais viável para acabar com as velhas formas de dominação no Estado. Com o tempo viu que a Nova República e o Governo Tasso nada representavam em termos de mudança e que seu projeto político-ideológico não tinha sentido dentro do PMDB.

Quando assumiu o governo de Icapuí, em janeiro de 86, Cirilo teve que começar do zero. O primeiro ano foi praticamente consumido na organização institucional do novo município: criação de órgãos, elaboração de

leis etc. Em pouco mais de dois anos de administração, o prefeito e sua equipe, além de obras significativas, conseguiram mudar a situação do município em pelo menos dois aspectos vitais: saúde e educação.

Os números comprovam as mudanças: havia apenas 8 escolas e 40 professores capacitados para educar apenas 800 alunos. Hoje há 34 escolas, 150 professores e cerca de 3.500 jovens já frequentam a escola.

Icapuí não tinha um único médico, os icapuienses tinham que ser atendidos em Acarati, a 54 quilômetros de estradas esburacadas. Agora estão equipados

e funcionando os dois postos de saúde que estavam desativados. Há também um novo posto de saúde, um consultório odontológico e uma cobertura vacinal eficiente.

No momento a administração municipal de Icapuí investe fundo na organização popular, incentivando a formação de associações comunitárias e a discussão dos problemas do município e suas soluções. O objetivo desse trabalho, quando cada localidade tiver sua representação, é fundar um Conselho Comunitário que irá participar do planejamento e execução dos atos da administração.

Apostilas de Formação Política

Agora você também pode adquirir as apostilas utilizadas nos cursos de formação política administrados pelo Instituto Cajamar, pelo correio. Os títulos são os seguintes:

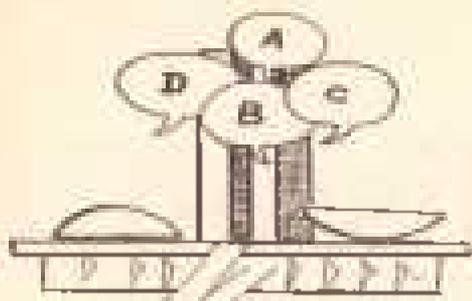
- 1 "Método de análise" e "classes sociais no Brasil"
- 2 "Instrumental de análise de conjuntura"
- 3 "Introdução à história do Brasil"
- 4 "Introdução à história do

movimento operário internacional"- 5 "Relação Partido-Sindicato"
- 6 "Relação Partido-Movimento Popular"
- 7 "Metodologia"

Os interessados devem es-

crever ao Departamento Financeiro do Instituto Cajamar, aos cuidados de Geraldo Santana - Via Anhanguera, Km 46,5 CEP 07760, Cajamar, SP. O custo unitário das apostilas é de Cz\$

120,00 e o pagamento pode ser feito em cheque nominal ao Instituto Cajamar ou comprovante de depósito na conta corrente n.º 212.13.01359-1, Banespa, Ag. Vila Mariana.



Lutas diversas, mas articuladas

O PT atua tanto no plano popular-sindical quanto no institucional-parlamentar. Portanto, sua política de alianças deve abranger as duas esferas. Mas os planos são distintos, e, por isso, os acordos de um nível não devem se sobrepor aos acordos de outro.

As lutas sindicais e populares devem subordinar-se aos acordos e às alianças feitas pelos parlamentares no Congresso Constituinte? A conduta dos constituintes petistas deve ser ditada, nos mínimos detalhes, pelas injunções do movimento popular ou sindical?

São questões, essas, que hoje percorrem as bases do Partido dos Trabalhadores, da CUT e dos sindicatos combativos, principalmente depois do episódio dos cartazes da CUT criticando os deputados federais que votaram contra direitos dos trabalhadores, e da repressão e das reações que eles provocaram.

Para questões dessa natureza, não há respostas prontas, fáceis e simplistas.

Acúmulo de forças

O PT está sendo criado para transformar profundamente a sociedade brasileira e lançar as bases do socialismo no Brasil. Mas a construção do socialismo vai depender de condições concretas colocadas pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da capacidade que tiver a classe trabalhadora em modificar tais condições em favor de seu próprio

projeto histórico. Isso quer dizer que a construção do socialismo constitui um processo que passa por estágios e fases diferentes.

Em que estágio estamos, neste momento? As análises que vêm sendo aprovadas pela maioria dos petistas, em reuniões e Encontros Regionais e Nacionais, concluem que estamos num período de acumulação de forças. Em outras palavras, isso quer dizer que a luta de classes no Brasil ainda não se desenvolveu o suficiente para dar um salto de qualidade na direção do socialismo, mas já evoluiu o bastante para sair do estágio de meras reivindicações economicistas e imediatistas. O V Encontro Nacional, realizado em dezembro do ano passado, defende claramente uma tática de obtenção de conquistas populares e democráticas, como patamar para objetivos futuros mais radicais.

A luta por conquistas democráticas e populares apresenta duas principais características: a) - ela se dá tanto no plano popular e sindical quanto no plano institucional e parlamentar, e b) - é uma luta que implica em aglutinação de várias forças sociais e políticas em torno de objetivos especifi-

cos comuns, já que não pode ser travada por um único sindicato, uma única central, um único partido.

Ora, isso é o mesmo que dizer o seguinte: num período de acumulação de forças, de preparação para embates posteriores mais decisivos, é indispensável elaborar e aplicar uma política de alianças capaz de assegurar avanços mínimos que vão permitir os passos subsequentes.

Essa política de alianças, obviamente, tem de valer tanto para o plano popular-sindical quanto para o institucional-parlamentar. Só que esses dois planos não têm idêntica natureza, caráter ou relevância. São diferentes. Logo, embora a política de alianças valha tanto para um quanto para outro, pode não ser necessariamente a mesma nos dois casos. Cada plano tem sua autonomia relativa, suas características próprias, sua dinâmica específica.

O jogo parlamentar

De modo geral, os deputados, mesmos os mais progressistas e avançados, aí incluídos os do PT - têm sua atuação bastante limitada pelas chamadas regras do jogo parlamentar. Essas re-

gras do jogo não se referem apenas aos dispositivos formais do Regimento Interno das casas legislativas, já por si bastante restritas. Abrangem, ainda, aquilo que se poderia chamar de ethos parlamentar, isto é, do clima reinante no Congresso (ou numa Assembléia Legislativa, ou Câmara Municipal) e que, muitas vezes, preside a ação dos deputados tanto quanto decisões e resoluções de bancadas e de partidos.

Frequentemente os deputados precisam uns dos outros - independentemente dos partidos a que estejam vinculados - para conseguir número suficiente de assinaturas para um projeto ou uma emenda; muitas vezes os deputados se vêem obrigados a apoiar bancadas de partidos adversários para impedir a vitória de um projeto prejudicial à classe trabalhadora, ou votar numa emenda ruim para evitar a pior. São injunções da atuação parlamentar que, evidentemente, pesam mais sobre as bancadas minoritárias, que raramente têm, por si sós, capacidade de imprimir seu rumo a uma votação legislativa.

Tais limitações obrigam, portanto, a alianças e acordos - inclusive de deputados petistas - que muitas vezes podem ser mal compreendidos pela opinião pública, principalmente porque esta quase não tem acesso às informações exatas e detalhadas sobre o que se passa nos Parlamentos.

O jogo popular-sindical

Ora, o movimento popular e sindical não está preso a essas injunções. Os ativistas do PT e da CUT que militam nos sindicatos e nas entidades populares trabalham com maior liberdade de ação, e quase nunca têm um regimento formal a embaraçar-lhes as pernas. Assim, as táticas empregadas nas lutas do plano popular podem ser diferentes das utilizadas no plano parlamentar.

Não obstante, também no plano popular e sindical muitas vezes há necessidade de acordos e alianças, de

apoios e de frentes comuns de luta. Quantas vezes em campanhas eleitorais sindicais, em campanhas salariais, em greves, em ocupações de terra, os petistas, para evitar um mal maior, não se aliam, mesmo que só momentaneamente, a forças políticas que, em outros momentos, tiveram de combater? Isso quer dizer que a luta sindical e popular também tem suas regras do jogo, também tem seus fatores condicionantes, seus acordos, suas alianças.

A avaliação de qual dos dois planos - o popular/sindical ou o institucional/parlamentar - é mais relevante não pode decorrer de um princípio doutrinário ou de uma receita fixa. Depende da conjuntura, da correlação de forças, do campo em que está se dando com maior intensidade no momento a luta de classes. Nem sempre é no campo popular. Numa conjuntura como a de 87/88, com um Congresso Constituinte, embora manietado, elaborando uma nova Constituição para o País, é óbvio que boa parte da luta de classes se dá no Parlamento, embora disfarçada sob formas indiretas, de projetos, leis, emendas, etc. Em casos como esses, cabe ao Partido articular da forma mais adequada as lutas populares e as batalhas parlamentares, de maneira a que táticas combinadas, embora diferentes, contribuam para avançar na estratégia estabelecida.

Concluindo: não se trata, portanto, de subordinar um plano a outro. Às vezes, a luta popular pressiona o plano institucional e obtém conquistas progressistas no Parlamento. Outras vezes dá-se o contrário: as polémicas parlamentares obrigam à radicalização das lutas populares e permitem avanços significativos. É preciso analisar todas as variáveis, em cada caso, compreendendo as limitações de cada plano e respeitando a autonomia relativa de cada esfera, procurando conjugar as forças para aumentar a eficácia e o rendimento da luta.

Perseu Abramo

Unidade X Pluralismo, uma falsa questão

A classe trabalhadora brasileira perdeu no dia 1.º de março deste ano uma oportunidade histórica: a de ver consagrada no texto constitucional o princípio da liberdade sindical.

O texto aprovado pela Constituinte preserva aspectos essenciais do atual sindicalismo, a saber: a) imposto sindical, fonte de corrupção e peleguismo; b) sistema confederativo, estrutura verticalista, cupulista e de baixa representatividade; c) unicidade sindical, ou seja, sindicato único por categoria profissional, tomando, como base, área não inferior a um município.

O único avanço que houve, de enorme significado para a vida dos trabalhadores, diz respeito a um aspecto do papel do Estado, que doravante não poderá mais intervir nos sindicatos e cassar mandatos de dirigentes.

Demonstrando ignorância ou má-fé (ou as duas coisas juntas) os dirigentes da CGT, os pelegos das Confederações e Federações - e principalmente o PCB e o PC do B - conseguiram introduzir e firmar na Constituinte ideias completamente falsas sobre a questão sindical: a de que a liberdade sindical era o sinônimo de pluralismo, e que a unicidade expressava a correta ideia da unidade sindical.

Assim, se expressava da tribuna da Constituinte um deputado do PCdoB ao encaminhar a votação contra a proposta do PT: "Pluralidade ou unicidade sindical. É justamente isto que está sendo colocado em votação. A unidade dos trabalhadores sempre foi uma bandeira histórica do movimento sindical. É uma tradição mundial a unicidade sindical."

"Brilhante" exposição! Ela sintetiza de forma admirável a confusão e a ignorância que tomaram conta do debate.

Unicidade ≠ Unidade

É inadmissível que estes parlamentares não se apercebam de que a unicidade nunca foi

tradição mundial, mas sim experiência imposta aos trabalhadores nos países totalitários, sejam os fascistas ou os do socialismo real. A recente e histórica experiência do Sindicato Solidarnosc, da Polônia, gerada pelo movimento real e unitário das massas trabalhadoras - e contra o qual se chocou o sindicato único imposto por lei desmente, de forma categórica, a apregoada identidade, ou igualdade, entre unicidade e unidade.

Para outras provas, contra tamanha ignorância, basta ver o que ocorre com o próprio sindicalismo brasileiro, marcadamente unicista e plural. Veja-se, a título de exemplo, o que ocorre com a organização dos bancários e metalúrgicos. Ao invés de termos um só sindicato a nível nacional - criando-se aos níveis municipal ou regional órgãos subordinados ao nacional, funcionando como delegacias ou seções sindicais, como ocorre em países onde existem sindicatos verdadeiramente unitários - o que temos, na realidade, é uma infinidade de sindicatos, um em cada município, cada qual com autonomia própria para fazer negociações, celebrar acordos coletivos e dirigir o movimento. Não será isto um fenômeno plural, fragmentário?

A própria existência de três Centrais Sindicais - CUT, CGT e USI - bem como de outros setores não organizados em Centrais, não expressam também outros níveis de fragmentação organizativa?

Mas a ignorância dos "unicistas", na decisão tomada pela Constituinte, foi ainda mais longe. Fixando a organização sindical apenas ao nível de categorias profissionais - quando o PT propunha também a alternativa de organização por ramo de atividade - colocou-se uma terrível camisa-de-força nos trabalhadores, pois fica proibida a união, num só órgão sindical, de categorias que têm atividades interdependentes, conexas ou semelhantes. Os jornalistas, por exemplo, não poderão se unir aos gráficos num só sindicato, para

contentamento dos proprietários da grande imprensa, estes sim, donos únicos das empresas que englobam as duas atividades profissionais. A Volkswagen, empresa única em relação aos seus funcionários, continuará apresentando, em seu interior, não só um sindicato, mas dezenas de sindicatos de trabalhadores, de várias categorias profissionais interdependentes, cada qual com sua própria data-base de negociação e seus próprios Acordos Coletivos, portanto, apresentando-se perante um mesmo patrão de forma atomizada, fragmentada, dividida e mais fraca. Isto é pluralismo? É óbvio que sim.

Estes argumentos atestam que a pretensa identificação entre pluralismo e liberdade sindical - artimanha utilizada pelos unicistas no debate da Constituinte - apenas camuflava a sua verdadeira intenção: manter os piores vícios do atual sindicalismo.

A única e verdadeira unidade sindical

A meu ver, no Brasil, a verdadeira unidade exige dos trabalhadores - os verdadeiros interesses - a escolha entre as diversas alternativas e combinações que a realidade objetiva lhes impõe: se sindicato por categoria ou por ramo de atividade; se municipal, intermunicipal, regional, estatal ou nacional; se em Central Única etc. Ora, é impossível que milhares de trabalhadores, com suas infinitas especificidades, consigam de pronto, num só ato, determinar qual o sindicato unitário que melhor lhes convém. Somente através de um processo de experiências concretas, vividas pelas próprias massas, é possível obter a unidade orgânica; e, para que isto aconteça, é imprescindível que exista plena liberdade de ação das massas, plena liberdade sindical. A lei da unicidade - entendida como algo impositivo, e teoricamente aplicável a qualquer momento - não consegue apreender a totalidade dos elementos que compõem o movimento.

Abstenção, a única saída

Por que o PT se absteve de votar contra a proposta do PMDB?

Derrotada a proposta de liberdade sindical, de autoria do PT, nossa bancada se absteve na votação da proposta que foi vitoriosa. Isto por-

que, se votássemos a favor, estaríamos traindo tudo que defendemos; e, se votássemos contra, corríamos o risco de dar a vitória à proposta original do Centrão, que conseguia ser ainda pior. A abstenção foi a única saída.

É evidente que, neste processo, a burguesia tentará fragmentar, pulverizar o mais que puder a organização dos trabalhadores. Esta atitude é inerente à burguesia e não deve ser novidade para ninguém, visto que a unidade da classe trabalhadora libera poderosas energias para o combate. Aos partidos classistas cabe se contrapor à política pluralista do patronato, praticando a Frente Única, tendo como regra fundamental, para a realização da unidade, os princípios da democracia e independência sindical.

A unidade é fruto da luta

No Brasil, obter a genuína unidade será muito difícil e penoso para as massas enquanto correntes organizadas da esquerda preferirem oxigenar a CGT - marcadamente patronal e defensora pública do capitalismo. Com isto, não estou querendo afirmar que a luta pela unidade exclui os que não são socialistas ou os de qualquer ideologia. O óbvio do sindicalismo, seu ABC, prega justamente a necessidade da convivência de todas as correntes ideológicas em função do fortalecimento do sindicato. O que queremos afirmar é que, nas condições brasileiras, a genuína unidade orgânica dos trabalhadores só é possível quando se pratica, de forma simultânea e declarada, a democracia sindical e a independên-

cia em relação ao Estado. Democracia como materialização da união, como convivência dos diferentes; e independência como expressão de classe. Ora, os pelegos dos sindicatos, das federações e confederações, que são ampla maioria nestes órgãos, rejeitam categoricamente tais princípios, ao mesmo tempo que assumem uma aliança criminosa com o capital.

Pergunto: é possível acreditar que os que mantêm relações amistosas com o capital se esforçarão para concretizar a unidade da classe trabalhadora? É evidente que não.

De qualquer maneira creio que a bandeira da unidade está sempre colocada. Ela serve como instrumento eficaz de educação das massas que, intuitivamente, estão sempre à procura de união para lutar contra seu inimigo de classe, mas que, por diversas razões, desconhecem aqueles que traem, que não suportam as regras da democracia. A tática da Frente Única é, assim, um instrumento pedagógico, que pode ajudar as massas a descobrir seus verdadeiros aliados, com vistas a realizar sua genuína unidade.

Tudo isto é verdade porque a unidade, a democracia e a independência se movem dialeticamente num mesmo processo, conformando um trinômio inseparável.

Luis Gushiken

Painel Rural

Decreto-lei 2.363:

Atestado de óbito da Reforma Agrária

Certamente já terá ocorrido uns leitores deste boletim se a Nova República possui um Ministério da Reforma Agrária. E, se ainda tem, o que andarã fazendo. Concorrente privilegiado do Ministério da Fazenda, no torneio de titulares, o MIRAD, em quatro anos de labor, já emplacou quatro ministros. Se tem se mostrado eficiente na mudança de seus titulares, o mesmo não pode ser dito com relação à estrutura fundiária do país.

O Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA fixou para o período 85/88 a meta de desapropriar 27.720.000 ha para assentar 900.000 famílias. Foram desapropriados até esta data exatamente 2.276.000 ha para assentar 64.455 famílias. Estes são dados do próprio MIRAD, insuspeitos, portanto, de distorção ideológica. Se a estes dados somarmos o fato de que neste mesmo período somente no Sul do país mais 100 mil pequenas propriedades foram arrancadas das mãos de seus donos, por meio de leilões, a conclusão obrigatória que se impõe é que a Nova República leva adiante uma política de Contra Reforma Agrária no país.

Não podemos fugir à constatação de que a Nova República, antes de encerrar o seu primeiro mandato de forma melancólica, tratou de inviabilizar qualquer tentativa de democratizar a propriedade fundiária no Brasil. Um governo que fixa uma meta tão modesta de desapropriações e não chegou no final do período estabelecido a cumprir sequer 10% das metas fixadas estará futuramente diante de duas escolhas: admitir a própria incompetência ou admitir que o PNRA não era um programa sério. Nesta altura do campeonato levantamos aqui uma terceira hipótese: o governo Sarney não é um governo sério e está distante do que seja uma administração competente.

Há razões - poderosas razões - para o desastre da política fundiária e agrícola do governo Sarney. A Nova República recebeu do Regime Militar um quadro de alianças estabeleci-

do no campo que bloqueia qualquer iniciativa consequente da Nova República no diz respeito à Reforma Agrária e, em especial, à desapropriação de terras. Quando falamos em latifundiário no Brasil de hoje não nos referimos mais àquele velho coronel de esporas, rebenque e chapelão. A política agrária e agrícola do Regime Militar, por meio de incentivos fiscais e outros mecanismos que a Nova República não alterou, estabeleceu um novo patamar de convivência entre os latifundiários e os outros setores do capital que investiram no campo. Criou-se nos últimos 24 anos a figura da multinacional latifundiária, do banco latifundiário, do grande comerciante latifundiário.

Além dessa razão que planta raízes profundas no processo de transformação por que passa o campo brasileiro, há outras não tão de fundo e talvez não tão "sociológicas". Vejamos: tem virado "norma" no MIRAD, sobretudo depois do Decreto-lei 2.363 de 21/10/87, as desapropriações por meio de "acordos amigáveis" com os proprietários. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) estimou, em dezembro de 1987, em Cz\$ 63.910,00 o hectare para lavoura no Estado do Paraná. O MIRAD pagou exatos Cz\$ 217.870,00 o hectare da Fazenda Santo Rei no município de Nova Cantu - PR. Outro. Em Rondônia, onde o hectare foi estimado em Cz\$ 20.000,00, o MIRAD pagou Cz\$ 58.634,00 o hectare do imóvel Calamu, no município de Ji-Paraná.

Fica evidente que o PNRA da Nova República degenerou rapidamente num PNNA - Plano Nacional de Negociatas Agrárias. Por este caminho os trabalhadores brasileiros jamais terão acesso à terra para trabalhar. Eles sabem disso. Pelos números de que dispomos no momento, no último ano, 578.163 pessoas estiveram envolvidas em conflitos pela posse da terra no Brasil. Sabemos o que tem significado em termos de violência esses conflitos. Antes de totalizar contamos com a cifra macabra de 113 trabalhadores rurais assassinados a mando de latifundiários.

Duas semanas depois de 8 mil trabalhadores rurais de todo o país realizarem a sua marcha sobre Brasília para reivindicar medidas concretas dos ministros da Reforma Agrária, da Agricultura e da Justiça no que diz respeito ao andamento do PNRA, à Política Agrícola e à violência no campo, o presidente José Sarney baixou o Decreto-lei 2.363/87. Entre outras medidas esse decreto garante ao latifundiário a ser desapropriado 25% da área. Ou seja, um quarto de qualquer latifúndio neste país está fora das áreas de Reforma Agrária. Desta forma a Nova República restabelece as Capitâneas Hereditárias. Outro aspecto diz respeito às "áreas em produção". O critério é tão amplo para definir o que seja áreas em produção que até mesmo as pastagens naturais se enquadram neles. Mesmo com a regulamentação do decreto, o quadro não se altera.

As áreas que não podem ser desapropriadas a área rural continua de até 1.500 ha na região Norte, de até 1.000 ha na Centro-Oeste, de até 500 ha no Nordeste e de até 250 ha no Sul do país, o D.L. 2.363/87 exclui do processo de Reforma Agrária toda e qualquer área que tenha a dimensão inferior aos limites fixados independente de estar ou não cumprindo com a sua função social.

Com esse decreto, o governo Sarney busca impor ao país, no momento em que se escreve a nova Constituição, uma legislação que nos remete ao século XIX.

Há ainda um outro aspecto para o qual os trabalhadores devem estar atentos. Em especial os trabalhadores militantes do PT. O Decreto-lei 2.363 se encontra em tramitação no Congresso Nacional e corre o risco de ser aprovado por decurso de prazo, nesta democracia tropical. É de suma importância que os deputados e senadores sejam pressionados para não permitir que se converta em lei o atestado de óbito da Reforma Agrária.

Hamilton Pereira
(Pedro Terra)
Secretário Agrário Nacional



"Gato" descansando no canavial

Uma luta sem fim

Como qualquer outra categoria, os trabalhadores rurais tiveram uma perda salarial significativa pois o gatilho de maio e a aplicação das Unidades de Referência de Preços - URP - não foram suficientes para recompor os salários, que enfrentam uma inflação que beira os 400% - sem contar o "esquecimento" da inflação de junho, para cálculo de reajustes salariais.

As lutas salariais dos trabalhadores rurais tiveram início na safra de 1983, quando a Usina Santa Adélia de Jaboticabal, São Paulo, implantava o corte por sete ruas. Seiscentos trabalhadores estavam em greve. Eles sabiam que as sete ruas significavam mais trabalho e menos dinheiro. O patrão tentava descarregar sobre o trabalhador o corte do subsídio para o óleo dos caminhões e a adoção do pagamento de cana por teor de sacarose (estabelecido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool). Neste mesmo ano os trabalhadores da região reuniram-se e levantaram as primeiras reivindicações.

Em 1984 explode Guariba. Revoltados com os salários e com a imposição do sistema de

sete ruas, somado a isso a inércia dos políticos locais e a absurda alta das tarifas da Sabesp, os trabalhadores reagiram violentamente destruindo carros e o prédio da Sabesp.

A greve se estende por outros municípios e os sindicalistas da região conseguem encaminhar a negociação, realizando, pela primeira vez, um acordo com os usineiros. A partir destas lutas estabelece-se 1.º de maio como a data-base para o setor canavieiro e da laranja (a data-base deste último mudou para 1.º de julho, em 1987).

Nova greve ocorre em Guariba em 85. A diretoria provisória do sindicato local é demitida. O período é de entressafra, há pouco emprego e a diária está baixa. A greve se alastra e a Faesp senta-se à mesa para negociar com os trabalhadores, fechando um acordo onde é garantido um aumento na diária e a promessa de novas negociações. Era o momento de outra grande vitória mas, em maio, na data-base, o pagamento do corte de cana por metro é negado pelos patrões. A luta parece resumir-se em um passo à frente e outro atrás.

No setor canavieiro em São Paulo, os patrões são representados pela Faesp, Federação da Agricultura no Estado de São Paulo e pelo Sindicato da Indústria do Açúcar e Sindicato das Indústrias do Alcool. A Faesp responde pelos fornecedores de cana e os sindicatos respondem pelos usineiros. Isto não significa que os trabalhadores são empregados diretamente por estas "empresas rurais". Normalmente aparece a figura do gato que intermedia as contratações não respeitando a lei.

A colheita da cana é feita em 5 ruas e paga por tonelada, ou seja, ao fim do dia é medido, na 3.ª linha ou rua, quantos metros de cana (no cito de 5 ruas) foram cortados. Relacionando-se com a produção da cana naquela área e com o preço por tonelada chega-se ao preço do metro cortado. Este método permite manipulação pois não existe fiscalização da pesagem e muitas vezes a cana é deixada no campo secando, resultando na perda de peso que irá influir diretamente no preço.

Na negociação da data-base de 86 já havia grande defasagem entre o salário pago pelos usineiros e fornecedores - usineiros 7% a mais. Os meios de comunicação pregavam a vitória do Plano Cruzado. A principal reivindicação dos trabalhadores era o pagamento por metro de cana cortado. O acordo acaba sendo assinado mas permanece no ar uma insatisfação.

Novamente os patrões não cumprem o que foi acordado e a fiscalização do Ministério do Trabalho é inexistente. No dia 23 de julho, em Mogi Guaçu, os cortadores de cana entram em greve, que se estende a Araras, Conchal e Leme. Cerca de 12 mil trabalhadores estavam em greve e a polícia passou a agir com violência. No dia 11 de julho, em Leme, a polícia reprime um piquete matando duas pessoas, ferindo sete outras a bala, invadindo casas, espancando moradores e deputados do PT.

Após o julgamento da legalidade da greve pelo TRT ela se estende à região de Ribeirão Preto e o movimento conquista um aumento no valor da diária e o pagamento de uma hora "iu úiner" (hora por transporte até o local de trabalho).

Na campanha salarial de 87 a história se repete. Frente à intransigência da Facsp a comissão de negociação dos trabalhadores tenta entrar em acordo direto com os usineiros. Nova greve estoura na região de Ribeirão Preto atingindo cerca de 120 mil trabalhadores em 38 municípios. Uma semana depois o acordo é assinado somente com usineiros. Os fornecedores continuaram pagando menos, mas em muitas regiões foram obrigados a pagar o mesmo salário que as usinas para terem mão-de-obra para o corte.

Os trabalhadores na lavoura canavieira já começaram a montar sua pauta de reivindicações para a campanha salarial 88. Novamente a briga é para recuperar as perdas salariais. De maio de 87 a fevereiro de 88 a perda salarial no pagamento das diárias foi de 32,9% e o reajuste necessário para repor essa perda seria de 47,7%. No corte da cana a perda foi de 36% e o reajuste necessário seria de 56% em 1.º de março.

Cada campanha salarial é, portanto, uma luta para recompor as perdas salariais que se vêm acentuando cada vez mais. Ao contrário do setor urbano onde os trabalhadores passam pelo mesmo portão, no campo eles vêm de vários municípios para trabalhar em diferentes locais na lavoura, o que torna ainda mais difícil a mobilização. É uma luta que não tem descanso e por melhor que seja o acordo, muito ainda deve ser conquistado.

Grupo de Trabalho de Política Agrária



Cortadoras de cana

Um ano bom para a burguesia

O ano de 1987 foi um ano de fortalecimento da situação política e econômica da burguesia agrária e de dificuldades extremas para a pequena burguesia, e, especialmente para os trabalhadores rurais e pequenos agricultores empobrecidos. Por um lado, consolidou-se definitivamente no governo federal e na Constituinte a rejeição à Reforma Agrária, ao mesmo tempo que se fortaleceu, no campo ideológico, o cerco à luta dos trabalhadores sem terra. A UDR expandiu-se organizativamente e estendeu a sua influência no interior dos governos federal e estaduais e dos partidos da Nova República, ao mesmo tempo que conquistou um acordo de convivência com as demais entidades representativas da burguesia agrária e do latifúndio - a Frente Ampla da Agropecuária, a CNA, a SRB e a OCB. Uma vez derrotada em suas linhas essenciais a proposta da reforma agrária, a UDR perdeu a sua bandeira de crescimento - que era o combate a ela - e manobrou no sentido de assumir a liderança das lutas reivindicatórias da pequena burguesia agrária no campo da política agrícola, no que foi auxiliada pela crise de preços ocorrida durante o ano passado.

No terreno propriamente econômico houve, em termos globais, uma queda generalizada de preços pagos ao produtor, de 27,8% em

média, em relação ao IGP. Em compensação a produção física agregada aumentou 13,6%, permitindo que o PIB agrícola atingisse a taxa excepcional de 14% de crescimento, evitando que o PIB global fosse negativo. O balanço da agricultura, em termos econômicos, tem que ser diferenciado, a fim de contemplar as diferenças marcantes de situação entre a burguesia agrária por um lado, e os pequenos agricultores e trabalhadores rurais, por outro.

Apesar da crise inegável, o ano não foi dos piores para a burguesia agrária. Seus produtos mais importantes tiveram grandes aumentos de produção: café, 116%; soja, 26%; milho, 30% e laranja, 10%. Além disso, a taxa cambial foi reajustada em índices superiores ao índice de preços pagos pelos agricultores e o subsídio ao crédito rural, na safra 86/87, foi muito elevado. É significativo ainda o fato de que, durante o ano de 1987, os únicos produtos que tiveram aumentos reais de preços, em relação ao IGP, foram a soja, a cana-de-açúcar e o algodão.

Em contrapartida, a situação foi dramática para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais. A produção destinada ao mercado interno, que não se beneficia de correção cambial, sofreu o achatamento dos preços e do poder aquisitivo dos trabalhadores urbanos, refletindo-se em grave crise, cujo sintoma mais evidente

foi a onda de liquidação de pequenas propriedades. Também aqui é significativo o fato de que o achatamento dos preços ao produtor não beneficiou os consumidores: assim, enquanto o índice de preços médios recebidos pelos agricultores aumentou, até novembro, apenas 221%, o custo da alimentação, no Rio de Janeiro, subiu 319%. Por outro lado, a burguesia agrária soube lançar parte das suas dificuldades sobre os trabalhadores, levando o arrocho salarial ao campo: os salários subiram apenas 163%, em média, durante o ano.

A análise das perspectivas da safra também deve levar em conta a diferenciação da classe entre os produtores. Em termos agregados, as estimativas de área plantada indicam uma adaptação da produção à situação do mercado: aumentam as áreas de soja e algodão, enquanto diminuem sensivelmente as áreas de milho e arroz. As perspectivas para a burguesia agrária são muito animadoras. Os produtos exportáveis, que ela predominantemente produz, apresentam tendências de elevação de preços e de demanda no mercado internacional, reforçadas pela política francamente exportadora do governo da Nova República. Em contraste, os produtos de mercado interno, mais característicos de pequenos agricultores, não apresentam boa expectativa: há estoques altos de-

vido à grande safra de 1987, e o poder aquisitivo da população deverá manter-se achatado. Ademais, a crise financeira da União justificará, como sempre, cortes de recursos de crédito de comercialização aos pequenos agricultores, que se traduzirão em atrasos na liberação de recursos para EGF e AGF, o que forçará a venda, a preços deprimidos, ao setor atacadista. Este, de posse da produção, que adquirirá com recursos de EGF, seguirá a tradição de especular livremente no mercado, escorchando os consumidores.

Em síntese, a perspectiva mais nítida para a colheita de 1988 é de prosperidade para a burguesia agrária do setor exportador e para a especulação atacadista no mercado interno. Em contrapartida, devem acentuar-se as tendências de diferenciação da pequena burguesia rural e de proletarianização dos agricultores mais pobres, reforçando-se a concentração fundiária, com aumento dos preços da terra e achatamento dos salários. Esta situação indica a necessidade de reforço das lutas sindicais, por um lado, para exigir a democratização da política agrícola de modo a conter a proletarianização de pequenos agricultores e, por outro lado, para conquistar aumento dos níveis salariais e ampliar os direitos trabalhistas dos assalariados do campo.

Claus Germer
membro da SAN

As saídas para a crise

Para atrair ouvintes, uma emissora de TV lançou ao ar o programa: "Vamos sair da crise". Fez sucesso. Políticos, sociólogos, cientistas sociais que andavam escrevendo a respeito de "como renascem as democracias" abandonaram essa perspectiva otimista e voltaram ao velho tema da "crise brasileira".

De fato a crise está nas ruas. Ninguém pode escondê-la. Tem por isso razão o Boletim Nacional do PT ao pesquisar as saídas para a crise.

Para encontrar "saídas" para a crise, é preciso diagnosticá-la corretamente.

Digamos que a crise pode ser examinada em dois tempos - a curtíssimo prazo e a um prazo médio.

A curtíssimo prazo o problema é o da governabilidade do país. O governo da República não detém recursos políticos suficientes para tomar medidas eficazes de combate à inflação, ao aviltamento dos salários, à desaceleração do crescimento econômico e à corrupção.

Trata-se de um governo

que faz planos atrás de planos e os desmoraliza praticamente no mesmo dia em que os anuncia. Rejeitado pelo povo, após o fracasso retumbante do Plano Cruzado, sustenta-se hoje nos remanescentes do Sistema de 64, incrustados nos partidos e na administração, em governadores clientelísticos e ambiciosos e nas Forças Armadas. Contra o sentimento geral da Nação, este esquema político força a extensão do mandato do Presidente Sarney até 1990.

Para sair da crise e impedir que a situação piore ainda mais (a grande lição do nazismo é a de que a situação péssima pode sempre ficar pior), a solução chama-se eleições. É preciso que o povo outorgue a um partido ou a uma coalizão de partidos numa clara "procuração" para tomar medidas em seu nome. Eleições diretas para eleger o Presidente da República e eleições para os outros cargos, a fim de começar tudo de novo, com uma nova Constituição.

Mas, a crise brasileira é mais grave. Eleições gerais, agora, poderão afastar a ameaça imediata de golpe, mas não solucionarão a cri-

se. A médio prazo e a longo prazo, a solução da crise depende de um outro requisito político básico: a participação popular. Sem um envolvimento muito maior do povo na vida pública, nenhuma liderança e nenhum partido terá forças para dar solução aos problemas mais de fundo e que são os que provocam as crises: a má distribuição da renda e a dependência econômica do exterior. A razão dessa impossibilidade é bem clara. Mexer na distribuição da renda e na dependência econômica é mexer em uma caixa de marimbondos. O governo que se atrever a tanto terá que aguentar as retaliações que irão desde o boicote interno dos empresários - como aconteceu no Plano Cruzado - até os embargos externos - como as penalidades impostas pelos americanos aos produtos brasileiros em decorrência da nossa Lei de Informática. Nenhum governo aguentará esse repuxo, se não contar com o apoio da população - organizada e mobilizada. Esse apoio será impossível sem a participação popular, pois, só esta permite ao povo tomar conhecimento real



dos seus problemas, dos seus inimigos, dos seus aliados e dos seus verdadeiros representantes.

A saída mais permanente para a crise requer, portanto, um grande esforço para levar as pessoas (de todas as idades e condições), aos sindicatos, às associações profissionais, aos clubes de amigos de bairro, aos movi-

mentos reivindicacionistas, aos partidos políticos. Para sair da crise, é preciso aumentar muito o nível e a qualidade da participação popular. Objetivo geral, que não depende da conjuntura e para o qual todos os militantes deveriam esforçar-se dia e noite.

Plínio de Arruda Sampaio
deputado constituinte

Plano de Governo do PT já está sendo elaborado

A Comissão indicada pelo Diretório Nacional para elaborar um anteprojeto do Programa de Governo do PT para as eleições presidenciais reuniu-se no Instituto Cajamar, em São Paulo, no dia 17 de março, para estruturar a elaboração do Plano.

A Comissão anterior ao Encontro Nacional de dezembro de 87 realizou várias reuniões e produziu um texto básico que após ter sido levado ao Encontro foi publicado para debate no conjunto do Partido.

Nas discussões realizadas no Instituto Cajamar viu-se a necessidade de uma secretaria e a coordenação de um assessor, além do apoio da sede nacional do Partido para o trabalho da Comissão. Chegou-se, então, à proposta de que a Fundação Wilson Pinheiro assumia a elaboração do Plano de Ação de Governo, já que como institui-

ção autônoma poderia, a partir da Comissão nomeada pelo DN e com o apoio dos presentes no Seminário dar um caráter público e mais amplo ao debate de divulgação do Plano de Ação de Governo.

Foi aprovada a seguinte estrutura para elaboração do PAG, com seus respectivos coordenadores:

Concepção geral do Programa - 1) Democracia Nova: José Alvaro Moisés e Eder Sader; 2) Novo modelo de desenvolvimento econômico: Aloisio Mercadante, Maurício Pinto e Paul Singer;

Reformas Econômicas e Política Econômica Alternativa - 1) Dívida Externa e Comércio Exterior: Paulo Davidof e Lauro Campos; 2) Dívida Pública, Déficit, Reforma Tributária, Reforma Estado: Guido Mantega e Carlos Merege; 3) Sistema Financeiro: Carlos

Eduardo e Lidia G.; 4) Inflação, preços, salários, emprego e política trabalhista: João Saboia, Eduardo Suplicy e Jorge Mattoso; 5) Nova Política Industrial: Paulo Sandroni e Odilon Jr.; 6) Planejamento Econômico: Paul Singer, Aloisio Mercadante;

Reformas Estruturais - 1) Reforma Urbana: Erminia Maricato, Clovis Ilgenfritz, Celso Daniel; 2) Reforma Agrária: Klaus Germer, Plínio A. Sampaio, Avelino Ganzer; 3) Política Regional: Francisco de Oliveira; 4) Infra estrutura, Energia: Luiz Pinguelli e Luiz Carlos Meireles;

Política Social - 1) Saúde: Eduardo Jorge, Helio Neves, Arlete Sampaio, Arlindo Chinaglia; 2) Moacir Gadotti, Florestan Fernandes, Dergio Haddad; 3) Políticas Sociais/Previdência: Rosa Maria Marques, Wilnês Henrique.

Temas Especiais - 1) Mulheres: Clara Charf; 2) Negros: Suéli Cham; 3) Menor: Emir Sader, 4) Índio: Ailton Krenak, Carlos Alberto Ricardo; 5) Meio ambiente e recursos naturais: Victor Buaiz; 6) Segurança Pública: Hélio Bicudo, Paulo Fratreschi e Luis Buco 7) Questão Militar: José Genoíno, Maurício Pereira; 8) Política Cultural: Luis Dulci e Marilena Chau; 9) Esporte/Lazer: Vinícius C. Brandt, Wladimir e Sócrates; 10) Política Científica: Francisco Welfort e Marco Aurélio Garcia; 11) Questão Nuclear: Sidney Lianza, Luiz Menezes e Luiz Pinguelli; 12) Recursos Minerais e subsolo: Gerônimo e Mauro Leonel; Juventude: Cesar Alvarez; 13) Deficientes Físicos: Marcelo Paiva e Cândido

Política Internacional - Secretaria de Relações Interna-

cionais do PT. Esta estrutura evidentemente sujeita a adaptações foi pensada para a produção do PAG, sendo que seus coordenadores têm liberdade para montar os Grupos de Trabalho específicos e convidar inclusive não filiados do PT que queiram colaborar com a elaboração ou debate do PAG.

Prazos

A elaboração dos textos de cada grupo de trabalho não deverá ultrapassar 30 dias. As reuniões dos grupos de trabalho para elaborar o documento síntese de seu tema têm prazo até 22 de abril e o prazo de entrega desses textos é 30 de abril.

A comissão de sistematização deve elaborar o anteprojeto até o dia 7 de maio e o debate nos grupos e nas comissões temáticas deverá ir até o dia 30 de maio.

Resgatar o verdadeiro sentido da liberdade



Neste ano em que se completam os cem anos da abolição do trabalho escravo no Brasil, "oficializada" pela assinatura da Lei Áurea, é visível, ainda nos dias de hoje, as contradições provenientes de uma pseudolibertação do negro na sociedade brasileira.

É imprescindível neste ano que se resgate o verdadeiro significado da liberdade de todo e qualquer indivíduo e, neste sentido, o ano do Centenário da Abolição remete a todos os segmentos da sociedade a responsabilidade de se compreender e desmascarar, antes de mais nada, o ranço racista que permanece nas estruturas da sociedade brasileira.

O outro lado da história

É necessário que se compreenda a abolição do trabalho escravo no Brasil não de uma forma romântica, como sendo um ato de bondade de determinada princesa, mas com uma visão crítica e uma análise mais profunda e atenta para o que foi o processo de extinção do trabalho escravo no Brasil.

Há que se avaliar as condições sociais, políticas e econômicas em que se encontrava o país naquele momento, além dos interesses que impulsionaram a decretação de tal lei.

Muito antes de 1888, os conflitos sociais entre trabalhadores escravos e seus senhores, o engajamento de setores progressistas e liberais que clamavam pelo fim do sistema escravista, além das pressões externas, transformavam o Brasil no palco da derrocada final do sistema escravista.

Os quilombos, as insurreições de escravos, a revolta nas senzalas, entre outras formas de resistência à escravidão, há muito vinha provocando a desestabilização do modo de produção escravista. Setores progressistas e liberais, que traziam da Europa o pensamento burguês liberal, faziam coro, apesar de num outro campo de ação (Parlamento e salões), ao grito de liberdade do povo negro.

Por outro lado, o avanço do capitalismo, com base no desenvolvimento comercial e industrial, apontava para o fim de tal regime e neste sentido Portugal sofria pressões de países em desenvolvimento industrial, como a Inglaterra com fins de expandir em outros continentes o modo de produção capitalista, o que exigia o fim do trabalho escravo.

Alteravam-se, neste momento, as relações de produção e trabalho e, conseqüentemente, a necessidade de se rever os valores sociais, econômicos e culturais até então vigentes.

É por este ângulo que devemos entender o fim do trabalho escravo no Brasil.

É evidente que o 13 de

maio significou muito mais os interesses da classe dominante da época, que propriamente o fim da exploração e da dominação sobre a população negra.

Uma série de medidas foram tomadas no sentido de se substituir rapidamente a mão-de-obra negra recentemente "liberta". Entre eles estava a adoção da política imigratória. Não muito diferente do negro escravizado, imigrantes brancos eram trazidos ao Brasil na ilusão de terem garantidos, para si e suas famílias, terra, trabalho e outras vantagens. Vinham, na verdade, para se incorporarem ao "trabalho livre", contribuindo para o assentamento da marginalização da população negra, submetida, naquele momento, à condição de mão-de-obra de reserva, já sem trabalho, sem moradia, sem nenhum apoio material, entregues à sua própria sorte.

Este foi o tratamento dispensado àqueles que durante quatro séculos geraram e sustentaram com seu trabalho a economia do país.

Em 13 de maio de 1988 a grande maioria da popula-

ção não se livrou do fardo histórico que a colocou na condição de ex-escrava, não se libertou da absurda marginalização a que foi submetida há 100 anos atrás. Permanece como mão-de-obra de reserva, subempregada ou em trabalho desqualificado e de baixa renda. No seu cotidiano, a violência policial é uma constante. No campo, na condição de posseiros e bóias-frias são perseguidos por pistoleiros a mando dos grandes latifundiários. Vive confinada nas favelas e alagados, privada de educação, submetendo-se aos mais precários serviços de saúde. A mulher negra, em especial, sofre as mais vis humilhações quando é visualizada como objeto de exploração sexual e no trabalho.

Somando-se a este quadro a classe dominante tenta, freqüentemente, escamotear a existência do racismo no Brasil. Ora, se por um lado, durante séculos, ela tentou nos convencer de que existem graus de inferioridade e superioridade entre etnias diferentes, justificando assim o tratamento dispensado aos não bran-

cos, por outro lado não admite a existência de mecanismos de controle estabelecidos para dificultar o acesso da população negra ao trabalho. Não admite, enquanto mecanismo de manutenção desta situação, a pressão psicológica sobre a população negra, exercida pela violência policial, não admite que a cultura negra é predominante na formação da cultura nacional, não admite que estes mecanismos dificultam, quando não impedem, que a maioria da população negra afirme sua identidade e se incorporem conscientes da sua condição racial à luta por uma sociedade mais justa.

Evidentemente que este resgate passa pela necessidade de se travar uma luta árdua em várias frentes, quais sejam, econômica, social, cultural, religiosa, política e ideológica.

De fato esta luta vem sendo travada há muito pelos Movimentos Negros ao longo da história.

Neste sentido, entendemos que o Partido dos Trabalhadores, enquanto uma frente de luta política e ideológica, tem a cumprir um importante papel. Na perspectiva de se construir uma sociedade justa, cujos agentes serão de fato os trabalhadores, é necessário que, em se visualizando a composição da classe trabalhadora, se trave amplas discussões no sentido de que se forme um pensamento revolucionário e formas de luta que ponham fim à exploração, à opressão, ao racismo em suas raízes e a toda forma de discriminação.

Sueli Chan Ferreira
pela coordenação da
Comissão Petista do
Centenário da Lei Áurea



Ainda nos resta tempo

O caráter conservador do Congresso Constituinte e a legitimidade da transição conservadora denunciados pelo PT, antes mesmo da eleição dos parlamentares constituintes, mostram-se, agora, de forma clara e cristalina. A elaboração e votação do Regimento Interno, os "lobbies" poderosos exercidos por setores da classe dominante submissa aos interesses dos grandes grupos nacionais e internacionais, os conchavos efetuados nos corredores e na privacidade dos gabinetes, a legitimação dos senadores constituintes inócuos, a "cartina de fumaça" levantada por determinados grupos com a clara intenção de desviar a atenção da população dos reais problemas são algumas manobras a que assistimos durante esse período.

Essas manobras e os resultados advindos confirmam o que se esperava. O Congresso Constituinte, em seu conjunto, está sendo uma das principais instâncias com que contum Sarney e a Nova República - apesar de alguns percalços - para respaldar iniciativas em busca de uma nova legitimidade no poder. Essas iniciativas ficam plasmadas em artigos que, muitas vezes, nem avançam um passo em relação à Constituição elaborada pelos militares. Mesmo a burguesia "moderna" brasileira está descontente. Ficam satisfeitos os militares, os latifundiários, os grandes industriais e o capital financeiro nacional e internacional.

Os trabalhadores e suas entidades representativas não têm por que ficar minimamente sa-

tisfeitos, pois a maioria de suas reivindicações e anseios não foi, até agora, atendida, sendo, na verdade, desconsiderada.

Sob o ponto de vista dos trabalhadores a Constituinte se apresenta hoje em absoluto descrédito em face das pequenas possibilidades de conquistas de direitos na nova Constituição. Apesar disso, ainda nos resta tempo para tentar reverter, em alguns pontos, a tendência atual. Temos que jogar o papel político necessário no processo de mobilização e pressão popular nesta fase decisiva das votações em plenário, objetivando impor reformas reclamadas pelos trabalhadores. É importante que o partido, de um lado, assumo o papel dirigente e organizador das caravanas a Brasília e das manifestações de rua nos instantes de votações decisivas. De outro denuncie os propósitos conservadores de legitimação da nova Constituição. Deve-se, portanto, combinar a denúncia e a pressão, na tentativa de obter uma projeção nacional às propostas do partido e acumular politicamente. Caso as propostas populares, via pressão e denúncia, não sejam contempladas satisfatoriamente, o partido deverá discutir e avaliar a possibilidade de os parlamentares petistas não subs reverem a nova Carta.

Urge que partamos para a ofensiva contra o projeto das elites, contra a postura conservadora do Congresso Constituinte, sua subordinação ao governo e sua saída nos reclamos populares.

Inluçione Almeida - RS

Dívidas?

Ao escrever estas linhas quero dar o meu alô e cobrar algumas dívidas. Companheiros, eu sou assinante do Boletim Nacional há 3 anos. Sempre recebi, mesmo com muito atraso, mas já faz alguns meses que não recebo. Gostaria de receber algumas explicações.

É agora o meu alô, aqui em Roraima tudo muito mal. Calha Norte, mineradoras e a famosa UDR unidas fazem as maiores agressões aos povos indígenas, pondo em risco sua língua, cultura e suas tradições.

Francisco P. de Oliveira - RR

BN responde: Companheiros, os últimos cinco meses foram difíceis para a equipe do Boletim. Atravessamos uma maré de indefinições que acabou nos custando o cancelamento de uma edição e o atraso da edição seguinte. Recebemos muitas cartas indagando-nos o atraso, com a suspeita de expiração de assinaturas ou ainda do encerramento de nossas atividades. Nada disso. Foi uma fase que superamos. Estamos entrando agora num período de reestruturação. Você voltará a receber o BN regularmente. A nova embalagem plástica (com porte pago e devolução garantida), com a qual

estamos enviando os jornais, garante um serviço de entrega muito melhor, entretanto, também nos custou tempo até entendermos os esquemas burocráticos dos Correios.

Assinante, assim que sua assinatura expirar enviaremos uma carta informando-o do término de sua assinatura.

Nas novas assinaturas estamos registrando (na etiqueta de envio do jornal) o número de edições a serem recebidas. Exemplo: se a sua assinatura é recente você verá na etiqueta, embaixo de seu nome os números 34/44. Isto significa que você receberá as edições de número 34 até 44.

Cupom para Diretórios

Solicito a remessa de um pacote de exemplares da edição n.º..... do Boletim Nacional do PT. Para tanto envio cheque de pagamento que poderá ser descontado em dias.

- pacote de 50 boletins, no valor de Cz\$ 1.000,00
- pacote de 100 boletins, no valor de Cz\$ 2.000,00
- pacote de 150 boletins, no valor de Cz\$ 3.000,00
- pacote de 200 boletins, no valor de Cz\$ 4.000,00

Nome do responsável pela compra
 Diretório fone.
 Endereço
 CEP
 Cidade Estado

ASSINE

Faça sua assinatura enviando este cupom, juntamente com um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores, ao Boletim Nacional do PT - Av. Onze de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP.

Nome
 Endereço
 Bairro CEP
 Cidade Estado

assinatura anual - Cz\$ 300,00



O Boletim Nacional é órgão informativo da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Av. Onze de Junho, 260, CEP 04041 - São Paulo/SP - fone 575-2299

Jornalista responsável - Marisa Lourenço
 Produção Gráfica - Max Alberto Gonzales
 Composição, Fitolitos e Impressão - DCI
 Tiragem - 15 mil exemplares

Ainda estamos vivos!



A pressão que diversos setores da sociedade exerceram sobre a Funai e o governo do Estado do Mato Grosso do Sul parece ter surtido efeito pois, aparentemente, eles estão dispostos a identificar uma área de terra para os índios Ofayé Xavante. Em convênio, o ministério do Interior (Funai) e o governo do Mato Grosso do Sul (Terrasul), pretendem iniciar um levantamento técnico geográfico para definir uma área de terra no Estado para esta comunidade indígena.

Entretanto, há um impasse ao que se refere ao local a ser escolhido para esta área. Segundo o Superintendente Geral de Assuntos Fundiários da Funai, Daniel Souza Marques, "os índios querem somente um pedaço de terra, em qualquer lugar, para que possam viver tranquilos" (Carreio do Estado - 12/03/88), o que se configura num tremendo equívoco da parte do órgão tutor. Segundo o índio Ofayé Xavante, Alaide Francisco Rodrigues, a comunidade quer voltar às margens do ribeirão Boa Esperança, "foi ali que nascemos e é naquele local que estão sepultados nossos antepassados. Isto é um dever da Funai. Ou ela cumpre essa obrigação ou preferimos morrer aqui nestes dois hectares que conseguimos por empréstimo e que para nós é um pouco da nossa própria terra".

Neste sentido, solicitamos a todos que se manifestem em favor dos índios Ofayé Xavante, neste momento decisivo para a conquista de um pedaço de terra que historicamente lhes foi roubado. Cartas, telegramas e telex devem exigir que a Funai e Terrasul garantam uma área de terra aos Ofayé Xavante nos domínios que antes lhes pertenciam, no município de Brasilândia.

Manifestações devem ser enviadas para:

Aparicio Rodrigues de Almeida - Diretor Geral do Departamento de Terras e Colonização do MS Terrasul - Rua 25 de Dezembro, 956 - CEP 79100 - Campo Grande/MS.

Orivaldo Cardoso Filho - Administrador Regional da Funai - Rua 26 de Agosto, 127 - CEP 79100 - Campo Grande/MS

Ofayé Xavantes - Caixa Postal 12 CEP 79640 - Brasilândia - MS fone: (067) 546-7152.

Em Roraima tornou-se usual responsabilizar os indígenas pela pobreza e pelos fracassos nos empreendimentos econômicos, em vez de apontar a política do governo que, desde 1943, beneficia grupos da aristocracia rural e funcionários públicos.

Evidentemente, a grande imprensa também não informa que, através do projeto Calha Norte, o governo federal transformou recentemente o Território Federal de Roraima num verdadeiro quartel, expulsando os missionários católicos progressistas da área e impedindo a entrada de antropólogos no território Yanomami, além de retirar toda a precária assistência médica que lá havia.

O calha norte é um projeto estratégico-militar que cobre uma faixa de 150 Km de fronteira desde o Oipoque, no Amapá, até Tabatinga, no Amazonas. Milhões de hectares de floresta primária, parques florestais e terras indígenas ainda não demarcadas, que precisam ser protegidas da devastação e do etnocídio iminente, estão incluídos no âmbito de enormes investimentos econômicos já aplicados e a aplicar, bastante discutível num momento em que o país atravessa graves problemas sociais e econômicos.

A desatenção é uma falha imperdoável quando se trata da vida humana. As forças helicas não dormem no ponto, basta ver a base de mísseis que estão fazendo em Alcântara (MA), e outra para experimentos atômicos em Cachimbo (PA). É o projeto militarista em ação sob o argumento da defesa contra o inimigo externo. Tudo feito em absoluto sigilo.

Gostaria que o BN divulgasse ao Partido que a luta deve ser já, a nível nacional, principalmente nos grandes centros, para denunciar as atrocidades que estão sendo feitas pelos militares, governo federal, governos estaduais, latifundiários, grandes mineradoras e outras forças reacionárias, contra as populações indígenas e ribeirinhas da Amazônia e, de forma ampla, contra toda a humanidade.

Marcio Meira - Belém/PA

Perseguição Contra ideológica alianças

Ronaldo Ramos, militante do Diretório Municipal do PT de Maringá, liderança do movimento bancário e ex-candidato a deputado estadual pelo PT foi demitido do Centro de Processamento de Dados do banco Bamerindus, Maringá, no dia 30 de setembro de 1987 sem motivo aparente. Entretanto, em dezembro de 87 veio à tona o real motivo da demissão: numa circular interna do banco o gerente do CPD afirmava "Estamos propondo a dispensa do funcionário em questão, visto o mesmo pertencer à diretoria do Partido dos Trabalhadores, membro atuante do Sindicato dos Bancários, incentivando nossos funcionários a participarem de movimentos grevistas. A fim de evitar futuros problemas, estamos efetivando seu desligamento".

Não é preciso ser mais claro, os patrões tiram a máscara e mostram suas garras, demitem sem escrúpulos trabalhadores que não se conformam com a exploração e os baixos salários e vão à luta nos sindicatos e nos partidos para transformar esta realidade e conquistar uma sociedade mais justa.

O PT de Maringá repudiou esta perseguição ideológica, vinda por parte dos banqueiros, que são os que mais ganham com a miséria dos trabalhadores, e denuncia a verdadeira intenção dos banqueiros e dos patrões que lutam contra a estabilidade no emprego - o que o PT vem defendendo na Constituinte. Eles não querem a estabilidade para poderem demitir trabalhadores na hora que bem entenderem.

Ameaças e demissões não vão amedrontar a luta da classe trabalhadora. O exemplo de Ronaldo só trará mais força ao nosso partido e a certeza de que, como disse Lula, a estatização do sistema bancário no Brasil é necessária para dar passos a uma sociedade mais justa e fraterna.

Diretório Municipal do PT/Maringá

(...) O PT evidentemente cresce em simpatias e em filiações. Nesse momento o assédio ao Partido é grande. Oportunistas surgem e surgirão, mas é preciso a continuação da construção de um instrumento de luta, democrático, ético, dinâmico e decente, que possa assegurar aos trabalhadores garantias de transformações políticas e sociais rumo a uma sociedade igualitária.

Nesse sentido são temerosas as decisões tomadas no último Encontro Nacional do Partido em relação às alianças com outras agremiações políticas. Desse evento para cá verificamos um crescimento de euforia no Partido, tanto por suas direções e militantes, quanto por pressões externas.

O PT, que se posicionou contra o Colégio Eleitoral, contra a Nova República, contra os pacotes econômicos e sobretudo contra o Plano Cruzado, tem respaldado suas posições e suas discussões em decisões democráticas nas instâncias, a começar pelos núcleos de base. Portanto, para que respalde também suas alianças e/ou coligações é necessário abrir o debate entre todos os seus filiados e militantes e em todos seus organismos de discussões e decisões. Nesse sentido é prematuro o Partido adiantar que aceita alianças e/ou coligações com A, B ou C.

A imprensa burguesa tem colocado que a candidatura Lula para a Presidência da República terá fôlego somente para o primeiro turno e que consequentemente o PT se aliará ao PDT ou outro no segundo turno. Especula-se ainda uma coligação já no primeiro turno com o PCB, PC do B e PSB. E tudo isso soe acontecer sem posições claras e definidas no Partido.

(...) Finalmente gostaria de ver resolvido no PT o caso dos companheiros que desrespeitaram a decisão do DR/RJ e continuam nas Secretarias do PSB/Saturnino Braga.

Carlos Geraldo Megale - PT/DF

AVISO

As cartas para esta seção podem ser enviadas para: Boletim Nacional do PT, Av. Onze de Junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo/SP. Os textos que ultrapassarem vinte linhas estarão sujeitos a corte.

Tirem as mãos do Panamá

Os Estados Unidos querem romper os termos do tratado. A crise existe. O pivô chama-se Canal do Panamá e o bode expiatório, Noriega.

A atual situação política panamenha tende a se agravar, na medida em que se aproxima a época do início do cumprimento do acordo sobre a soberania do Canal do Panamá estabelecido pelos presidentes Omar Torrijos e Carter.

As pressões da administração Reagan sobre o governo panamenho, dirigidas contra o general Manuel Arturo Noriega, em verdade se destinam ao objetivo político consistente em inviabilizar o acordo sobre o Canal. Noriega é mero pretexto. O governo Reagan, ao agir contra a soberania Panamenha, alastra o conflito centro-americano, atuando em várias frentes: bloqueio econômico a Cuba, ajuda aos contras da Nicarágua, amplia a ocupação militar em Honduras, combate a luta de libertação salvadorenha apoiando um governo fantoche e, agora, ameaça de intervenção militar o Panamá.

Para entender a crise atual é importante recordar a história da luta do povo panamenho pela soberania do Canal, cujo ápice se deu em 1977, com a assinatura de um novo acordo entre o Panamá e os Estados Unidos. Por este acordo, desde 1977 autoridades panamenhas passariam a participar, ainda que de forma minoritária, na administração do Canal. Pelo acordo, os EUA se comprometiam a reduzir tropas militares, a se abster de realizar manobras e treinamentos na zona do Canal.

O acordo estipula que a partir de 1990 as autoridades panamenhas passariam a administrar, em maioria, o Canal até que em 1999, em 31 de dezembro, os Estados Unidos abandonariam completamente a área do Canal.

Importa salientar que o



acordo foi conquistado graças à luta permanente do povo panamenho, comandado pelo general Torrijos, dirigente político que defendia com intransigência a soberania do Canal para os panamenhas. O acordo foi assinado, também, no rastro da política de direitos humanos da administração Carter e foi feito num momento em que a América Central, à exceção de Cuba, Costa Rica e do próprio Panamá, era governada por ditaduras militares com base na Doutrina de Segurança Nacional.

A vitória dos sandinistas em 79, o avanço da revolução salvadorenha e o esvaziamento do poder de controle dos EUA na área

centro-americana, pelas iniciativas regionais como Grupo dos 8 e o Grupo de Contadora, a derrota na corte de Haia, levaram a administração Reagan a intensificar as pressões contra os países centro-americanos, buscando pretexto para a invasão militar. Em Granada ela já ocorreu, num momento preciso de divisão entre os dirigentes políticos do Partido "Nova Jóia".

A crise panamenha se insere no contexto centro-americano e se agravou pela aproximação de 1990. As pressões se dirigiram, no início, para impor no Panamá autoridades aliadas dos EUA. O general Noriega, hoje acusado de envolvimento

com o tráfico de drogas pelos norte-americanos, foi o primeiro a ser convidado pelo Pentágono a dar um golpe institucional e estabelecer uma ditadura amiga dos EUA. Noriega se negou a fazê-lo. Daí as acusações. A seguir, os norte-americanos se aproximaram do presidente Eric Arturo Delvalle, que, envaidecido, tentou demitir o general Noriega do seu cargo de Chefe das Forças de Defesa. A Assembléia Legislativa considerou que tal decisão era Constitucional e destituiu Delvalle e nomeou novo Chefe de Governo a Manuel Solís Palma, que exigiu aos Estados Unidos total respeito à dignidade e soberania da Nação panamenha, bem assim do cumprimento estrito dos Tratados sobre o Canal.

menha, bem assim do cumprimento estrito dos Tratados sobre o Canal.

Diante dessa situação a administração Reagan passou a adotar aquelas medidas a que os povos americanos já estão acostumados: seqüestraram depósitos bancários do governo do Panamá depositados em bancos norte-americanos. Estão incentivando as greves dos empregadores para parar a produção e o comércio, intensificando a situação social interna. Estão deslocando milhares de soldados para a "defesa" das instalações do Canal. Estão confiscando as tarifas destinadas ao governo do Panamá, pagas pelos navios que cruzam o Canal e, principalmente, estão se utilizando de um vasto esquema internacional de imprensa para justificar a intervenção militar. Como se vê, Noriega é bode expiatório. A verdade é que os Estados Unidos querem romper os termos do tratado sobre a soberania do Canal do Panamá. A crise existe. Mas o pivô chama-se Canal do Panamá não e Noriega.

A posição do Partido dos Trabalhadores é de absoluta condenação à ingerência norte-americana no Panamá, bem como em todos os países do Terceiro Mundo. Nossa posição se inscreve no âmbito da defesa do princípio da auto-determinação dos povos. De preservação da liberdade. De manutenção da paz. De defesa da soberania nacional.

Nossa palavra de ordem, dirigida ao Governo Reagan, consiste no "Tirem as Mãos do Panamá, da Nicarágua, de El Salvador" e de todos os países cujos povos lutam, como nós, pela emancipação social.

Luiz Eduardo Greenhalgh. Secretário de Relações Internacionais.